



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 483/2022/DIAD

Brasília, 31 de outubro de 2022.

DESTINO(S): DICONT-DLIC

CÓPIA: CGAN

ASSUNTO: **Emenda de Cartas de Crédito - Licitação Eletrônica Internacional 01/2021 - Placas Balísticas.**

1. Trata o presente acerca do impasse com a empresa MKU LIMITED, CIN: U19202UP2001PLC026027, com a qual o DPRF possui firmado o Contrato Administrativo nº 37/2021 (35529912), anexado ao processo 08650.039234/2021-37, cujo objeto é a aquisição de Placas Standalone Balísticas, com o objetivo de equipar a Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital, decorrente do Pregão nº 01/2021, realizado pela Superintendência da PRF no Rio de Janeiro no processo 08657.119600/2019-56.
2. A celeuma diz respeito a quem cabe a responsabilidade de custear a extensão da Carta de Crédito orçada no valor de US\$ 3.284,13 (três mil duzentos e oitenta e quatro dólares americanos e treze centavos) pelo Banco do Brasil.
3. A contratada alega que não cabe a empresa custear a prorrogação, já que ela não deu causa ao atraso da remessa e do recebimento, nos termos descritos nos e-mails (SEI nº 44398568):

Como representante legal da MKU no Brasil, informo que não estamos de acordo com vossa colocação. Compreendemos vossa colocação a qual informa PRF não tenha culpa pela demora na emissão da CII, porém a emissão da CII é de responsabilidade da mesma. O que não faz o menor sentido é a MKU arcar com o ônus de um problema entre a PRF e o Exército Brasileiro.

Reitero que a MKU fabricou os produtos em questão já a bastante tempo, sem até o momento ter conseguido embarcar os mesmos pela falta da CII.

Portanto formalizo que a MKU não arcará com os custos de emenda da Carta de Crédito, o qual deverá ser feita pela PRF.

4. Neste sentido, precisamos observar as disposições descritas no Edital e Anexos do PE 01/2021 (35309566):

Edital:

20.3. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Dólar Americano ou Euro), o pagamento será efetuado por meio de Carta de Crédito Internacional emitida pelo Banco do Brasil S/A e garantida por banco de primeira linha indicado pelo licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo DPRF.

20.3.1. O contratado poderá optar por qualquer uma das duas modalidades de recebimento exemplificados no itens 19.2 e 19.3.

20.3.2. Todas as despesas referentes a emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), serão custeadas pela CONTRATADA.

20.3.3. **Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa a**

emenda.

20.3.4. O pagamento realizado a licitante brasileira será efetuado em Reais (R\$), mediante conversão pela taxa de câmbio, de compra, vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletim de Fechamento, no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

Termo de Referência:

5.1. ENTREGA

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 150 (cento e cinquenta) dias, **contados da data de assinatura do contrato e da emissão do Certificado Internacional de Importação – CII expedido pelo Exército Brasileiro.**

[...]

5.2.2. O RECEBIMENTO DEFINITIVO acontecerá:

5.2.2.1. A partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório expedida pela Comissão designada pelo Núcleo de Patrimônio do Rio de Janeiro da Polícia Rodoviária Federal.

5.2.2.2. Após finalizados todos os procedimentos alfandegários e de conferência pelo Exército Brasileiro, mediante apresentação de toda documentação aduaneira que a torne desembaraçada junto aos órgãos de fiscalização competentes.

[...]

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

[...]

8.14. Por se tratar de produto controlado e restrito, **o DPRF terá que solicitar junto ao órgão competente do Exército o Certificado Internacional de Importação**, nos termos do art. 51 do Decreto 5.123/2004, em nome do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/Ministério da Justiça e do exportador, **no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil.**

(grifo nosso)

5. Assim presume-se congruência com o apontado pela empresa, já que a obrigação pela obtenção da CII, caberia a PRF, e o atraso, mesmo que causado por terceiros, pode ser aventado como sedo de responsabilidade do órgão, mesmo que de forma subsidiária, e, portanto, o ônus quanto a prorrogação da Carta de Crédito caberia, exclusivamente, a PRF.

6. A fim de consubstanciar nossa decisão, submetemos os autos a apreciação da Coordenação-Geral de Logística, a qual, através do Ofício 669 (44683280), encaminhou a Comunicação Interna DIFROT (44478629) que, em suma, reitera que o atraso ocorrera, única e exclusivamente, em razão da delonga da emissão do Certificado Internacional de Importação – CII expedido pelo Exército Brasileiro.

7. Desta forma, entende-se que a Administração deve custear a extensão da Carta de Crédito orçada no valor de US\$ 3.284,13 (três mil duzentos e oitenta e quatro dólares americanos e treze centavos) pelo Banco do Brasil, a qual deverá ser executada mediante prévia disponibilidade orçamentária e seguindo os trâmites recorrentes, cabendo a área responsável realizar o apostilamento contratual, já que não ocorrerá alteração contratual, mas sim, empenho de dotação orçamentária suplementar para custear a extensão.

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

WILMEN SILVA VIEIRA
Diretor de Administração e Logística

PRF

Documento assinado eletronicamente por **WILMEN SILVA VIEIRA, Diretor(a) de Administração e Logística**, em 31/10/2022, às 11:50, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-

2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **44698906** e o código CRC **B69EEFBE**.



Processo nº 08650.081414/2022-01



SEI nº 44698906